



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Movimentos sociais do campo no MERCOSUL: uma análise sobre suas demandas e formas de organização

Matheus Pereira Firmino

matheus_cla@yahoo.com.br

Universidade Federal da Paraíba

Brasil

Luiz Gonzaga Firmino Júnior

gonzaga_pb@hotmail.com

Universidade Federal da Paraíba

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

Nas últimas décadas os movimentos sociais do campo, na América do Sul, apresentam níveis significativos de organização, mobilização e definição de agendas comuns frente a sociedade, aos Estados Nacionais e instituições supranacionais como o MERCOSUL. No ano de 2006, esses movimentos foram protagonistas na realização de um encontro entre vários segmentos de movimentos sociais, conhecido como Cúpula dos Povos, que aconteceu paralelamente à Cúpula dos Presidentes do bloco no intento de pressionar os Governos a inserir as demandas sociais nos processos políticos institucionais do bloco. Nasce assim, a Cúpula Social do MERCOSUL, como resultado de tal mobilização, além das cúpulas surgiram as “Reuniões Especializadas” com atribuições consultivas na elaboração de políticas de integração regional com recortes setoriais para segmentos sociais específicos. A Reunião Especializada de Agricultura Familiar (REAF) é o espaço que os movimentos do campo garantiram para tal fim. A REAF apresenta um nível de fortalecimento institucional mais elevado que a maioria das outras reuniões. Este trabalho tem como objetivo desenvolver uma leitura sobre como as características organizacionais dos movimentos do campo, podem ser condicionantes ao fortalecimento da REAF. Assim, desenvolvendo uma análise sobre as demandas que constam nas atas e relatórios da reunião, observamos, como parte de minha pesquisa de mestrado, algumas possibilidades de convergência entre as formas organizacionais dos movimentos, aproximações quanto às demandas apresentadas e o fortalecimento institucional das reuniões especializadas.

Palavras-chave: Participação, REAF, Agricultura Familiar e Movimentos do Campo



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ABSTRACT

In the last decades the social movements of the countryside in South America have significant levels of organization, mobilization and definition of common agendas for society, national states and supranational institutions such as MERCOSUR. In 2006, these movements played a key role in holding a meeting between various segments of social movements, known as the Peoples' Summit, which took place in parallel to the Summit of Presidents of the bloc in an attempt to pressure governments to insert social demands into political processes of the bloc. The MERCOSUR Social Summit was born as a result of such mobilization. In addition to the summits, "Specialized Meetings" emerged with consultative roles in the elaboration of regional integration policies with sectoral cuts for specific social segments. The Specialized Meeting on Family Agriculture (REAF) is the space that the field movements have guaranteed for this purpose. REAF has a higher level of institutional strengthening than most other meetings. This work aims to develop a reading about how the organizational characteristics of the field movements can be constraining to the strengthening of REAF. Thus, by analyzing the demands contained in the minutes and reports of the meeting, we observed, as part of my master's research, some possibilities of convergence between the organizational forms of the movements, approximations regarding the demands presented and the institutional strengthening of the specialized meetings .

Key words: Participation, REAF, Family Agriculture and Peasant Movements



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Introdução

Contemporaneamente os movimentos sociais, em especial os do campo no Brasil e na América do Sul, demonstram altos níveis de organização, mobilização e alinhamento em termos de agendas comuns frente aos Estados Nacionais da região e à instituições supranacionais como o MERCOSUL. A Via Campesina, a Organización Campesina, o MST, o MPA e uma série de outras organizações do campo atuaram efetivamente no desencadeamento de outra perspectiva para o bloco, uma possível transformação do MERCOSUL em um bloco, que, a integração regional que pudesse ir além das macro relações econômicas e dos acordos aduaneiros voltados à grandes empresas, corporações e o agronegócio.

Porém, antes de qualquer passo é preciso ter ciência ao menos em linhas gerais sobre que espaço político é esse em que os movimentos estão imersos, disputando sua direção. Considerando como período histórico, as últimas três décadas, onde se encontravam os países da região em seu rearranjo democrático e a conjuntura político-econômica global, entenderemos que um bloco regional nasceria com vários os limites em sua institucionalidade. Evidentemente não se pode deixar de considerar também os elementos diversos de ordem político-cultural dos Estados Parte e a não tão distante história de luta pela hegemonia na região que chegou a gerar conflitos bélicos no século anterior.

Intercalando entre dificuldades e avanços pontuais, o MERCOSUL em dezembro de 1994 firma o Protocolo de Ouro Preto – POP. Documento este que estabelece alguns avanços de ordem institucional no sentido de complementariedade das instâncias decisórias, toda via, não avança em um ponto não menos importante, que é a supranacionalidade, continuando assim, um bloco com uma alta intergovernabilidade quem tem suas origens no Tratado de Assunção (AGUERRE, 2009, p. 155). Todavia, mesmo que alguns avanços postos no POP oferecessem uma possibilidade de novos rumos ao bloco, como a institucionalização da Comissão Parlamentar Conjunta – CPC, iniciativa dos parlamentos nacionais na busca de incidir sobre o bloco e dividir responsabilidades com os poderes executivos, que deve ser considerada como um marco importante para os avanços



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

institucionais, mesmo que, a comissão tenha sido agregada como um espaço de ordem meramente consultiva.

Outros órgãos que não se pode deixar de ser mencionados, dada sua a importância histórica e futura. a) Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM), que está em mais alto grau deliberativo do bloco, mas que divide responsabilidades com o Conselho do Mercado Comum (CMC), instância máxima do bloco, formado pelos Chanceleres e Ministros de Relações Exteriores e de Economia, com o Grupo Mercado Comum (GMC), uma espécie de secretaria executiva do CMC, cuidando de seu proceder burocrático. O GMC é composto de funcionários de alto escalão dos ministérios de Relações Exteriores ou Internacionais, da Economia e dos Bancos Centrais. b) o Fórum Consultivo Econômico e Social que simboliza novas possibilidades e avanços do bloco. Nasce com o viés puramente comercial, original do bloco, mas que aqui se encontra um marco para os debates em torno do desenvolvimento de políticas regionais, da superação das assimetrias sociais as quais se encontravam as populações menos abastardas da região.

Ainda nos marcos do POP se regulamentaram também outras instâncias de natureza consultiva, como os Subgrupos de Trabalho (SGT), os Comitês Técnicos (CT), Reuniões Especializadas e as Reuniões de Ministros, todas elas subordinadas às instâncias superiores.

Apesar destas mudanças institucionais serem consideradas significativas é preciso não perder de vista que tais câmbios também são resultados dos limites da burocracia que surge no interior do bloco, das dificuldades em termos de elaboração de dados sobre as economias nacionais e das conjunturas as quais os Governos ainda tentavam superar. Se implementando na primeira metade dos anos noventa planos econômicos nacionais com o objetivo de superar as crises internas, como é o caso do *Plano Real* no Brasil e o Plano de Convertibilidade na Argentina. Tais problemas internos, aliados a pressões de setores comerciais e industriais, que por suas dinâmicas não atendiam às regras postas pelo bloco, potencializavam um momento de enfraquecimento institucional. Desta forma, este clima de acirramento no MERCOSUL proporcionou um momento de inação em termos de encaminhamentos e efetivação de acordos já assinados, protocolos e ações administrativas no bloco até cerca de 1999 quando então Brasil e Argentina demonstram novamente



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

sensibilidade em retomar negociações coletivas em detrimento das relações bilaterais (CAETANO, 2011, p.39).

Porém, o marco para objetivos deste trabalho deve ser considerado dezembro de 2002 quando a Coordenadoria de Centrais Sindicais do Cone Sul torna público um documento no qual sinaliza que parte importante das soberanias nacionais seriam suprimidas com o avanço do MERCOSUL nos marcos de então, mas que a melhor fórmula compensatória para estas perdas seria a criação de organismos de representação política e social que proporcionassem um processo de controle social amplamente democrático (CÚPULA, 2002).

Um ano depois, em janeiro de 2003, reunidos em Brasília os presidentes Eduardo Duhalde e Lula da Silva fizeram um comunicado uma tanto quanto simbólico onde afirmavam:

[...] o MERCOSUL é também um projeto político, que deve contar com a mais ampla participação de todos os segmentos das sociedades dos Estados Partes, hoje representados no Fórum Consultivo Econômico e Social. Coincidem na importância de fortalecer a Comissão Parlamentar Conjunta, e no sentido de avançar, em consulta com os demais participantes, na direção de um Parlamento do MERCOSUL, assim como estudar os possíveis sistemas de representação e formas de eleição (COMUNICADO, 2003).

A partir de então não muito para que o bloco começasse a ter um desenvolvimento programático mais evidente por ter, desde 2003, um aporte de vontade política mais efetiva dos maiores governos da região. Na Cúpula dos Presidentes de junho seguinte, em Assunção, o governo brasileiro apresenta unilateralmente a proposta de programa “Objetivo 2006”, que dentre as propostas contidas no texto valem ressaltarmos duas para fins desta análise: a) a criação de uma espécie de “Instituto Social” para estudos dos assuntos sociais em toda região; b) criação um Parlamento do MERCOSUL havendo eleições diretas até o fim de 2006 em todos os países do bloco, respeitando seus procedimentos eleitorais já estabelecidos. A partir dessa Cúpula, que foi a XXIV, o simbolismo do tom integracionista toma forma de documento oficial e aspectos de ordem efetivamente programática.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Em seguida uma série de governos progressistas, de centro-esquerda e de esquerda são eleitos na região neste período, derrotando o hegemônico campo neoliberal que em mais de dez anos havia dedicado poucos esforços à construção de um projeto integracionista sul-americano.

Essa atmosfera política do bloco obviamente vinha sendo gestada, pois nenhum destes governos foi instalado do dia para a noite. Foram gestados pelas camadas mais pobres das populações, pelos movimentos sociais, pelo sindicalismo, pela academia, seguimentos da Igreja, por frentes de partidos de esquerda, pequenos empresários e outras tantas forças sociais que estavam aliadas de direitos e sendo negligenciadas das mais diversas formas por parte dos governos anteriores. Esta era a composição da maior parte da base social dos governos que decidiram por desenvolver a agenda do MERCOSUL. Tal suporte social foi decisivo para que de pronto a pauta da participação social nos processos de integração fosse colocada como imprescindível para o desenvolvimento do bloco.

Faz-se necessário evidenciar que, no que diz respeito à participação social no MERCOSUL, as organizações sociedade civil foram quem protagonizaram os primeiros debates em torno dessa pauta, demonstrando inclusive a urgente necessidade de uma instância supranacional, um parlamento, que representasse a diversidade das populações, nações e povos dos Estados Parte e que este seria uma das principais instituições legitimadoras do bloco. Tal debate teve seu ponta pé inicial com a Coordenadoria de Centrais Sindicais do Cone Sul ainda na primeira década do bloco, no seu período mais comercial.

As bases sociais dos Governos na região, formadas por organizações que, mesmo que com uma ampla diversidade de bandeiras, tinham na participação direta, nas relações com o Poder Público e a ampliação da capacidade de incidir nos rumos das políticas públicas e políticas de Estado como síntese de uma agenda comum, neste determinado período. Podemos verificar isso nos estudos de Leonardo Avritzer e Sérgio Costa sobre democracia e esfera pública no Brasil, por exemplo (AVRITZER & COSTA, 2004). O bloco necessariamente teria dificuldade em escapar das influências desse campo. É possível inclusive afirmar que, foi esta base social, como força político, garantiu que a participação social estivesse então a compor o discurso oficial do bloco, tendo em vista que tais governos buscariam em diversas ações institucionais internas o apoio das classes



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

populares através do diálogo direto entre sociedade e governos através de conferências e conselhos nacionais.

Sob a Presidência *Pro Tempore* do Uruguai em junho de 2005 foi apresentada o que se chamou de iniciativa “Somos MERCOSUL”, estabelecia uma serie de propostas a fim de ampliar os espaços de participação social no bloco. Segundo afirmam Aguerre & Arboleya (2009, p.169); “é um espaço para somar, uma oportunidade para que os atores não tradicionais do MERCOSUL possam integrar suas vozes e suas vontades no processo de construção regional”.

Na Argentina, em 2006 a iniciativa é reforçada e se transforma no “Programa Regional Somos MERCOSUL”. Os conhecidos pontos focais são criados neste período tendo como finalidade realizar debates prévios em torno das pautas do bloco em cada país membro e associado. Neste mesmo ano, sob a Presidência *Pro Tempore* da Argentina é realizado o I Encontro por um MERCOSUL Social e Produtivo, deste ponto se inicia o período das conhecidas Cúpulas Sociais do MERCOSUL, somando a participação de diversos seguimentos da sociedade civil, contabilizando mais de 400 organizações sociais. E essas Cúpulas Sociais se tronaram um marco no âmbito a participação social no bloco, pois, dada a representatividade demonstrada nesse espaço ele foi institucionalizado na Cúpula dos Presidentes que aconteceu posteriormente.

Reuniões Especializadas

A partir da institucionalização das Cúpulas Sociais do MERCOSUL, como resultado de tal mobilização, amplia-se gradativamente o que se chamam de “Reuniões Especializadas”, com atribuições iminentemente consultivas e como assessoras na elaboração de políticas de integração regional com recortes setoriais para seguimentos sociais específicos.

Entre elas a Reunião Especializada de Agricultura Familiar (REAF), criada pela em 2004 (MERCOSUR/GMC/RES. N° 11/04) é no espaço da institucionalidade do MERCOSUL o espaço que os movimentos do campo e agricultores familiares garantiram para a elaboração de políticas de integração regional voltadas ao fortalecimento da produção, assistência técnica e comercialização de produtos da agricultura familiar, a reunião segue os formatos gerais das demais reuniões e é coordenada por representantes dos governos dos Estados Parte. Desde a sua fundação a REAF tem



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

realizado fóruns, mesas redondas, seminários e uma série de estudos sobre os mais diversos aspectos dos movimentos do campo, da produção da agricultura familiar e sua nuances sociais e econômicas principalmente através de seus grupos temáticos sobre juventude, registro de produtores familiares, acesso a terra, gênero, mudança climática e comércio.

Dentre as Reuniões Especializadas a REAF apresenta um nível de fortalecimento institucional considerável, capacidade organizativa, administrativa e de mobilização mais elevado que a maioria das outras, como a da Reunião Especializada de Juventude (REJ), por exemplo, que em estudo anterior Firmino se debruçou sobre as fragilidades institucionais do bloco tendo como objeto de análise a agenda da REJ e dos movimentos juvenis que a compuseram desde sua criação (FIRMINO, 2015). Considerando esse “*status* instrucional” da REAF e observado em leituras precedentes o estudo aqui iniciado, parte de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento, tem como objetivo iniciar uma leitura sobre como as formas de organização dos movimentos do campo, suas demandas e suas agendas e suas características organizacionais, podem ser condicionantes ao fortalecimento dos espaços participativos do bloco e a sua própria institucionalidade como um todo.

Deste modo, desenvolvendo uma análise sobre as demandas que constam nas atas e relatórios da reunião, na sua agenda e nas formas de organização dos movimentos presentes na REAF apontamos algumas possibilidades de convergências entre as formas organizacionais, atuação e mobilização e o fortalecimento institucional das reuniões especializadas do MERCOSUL. Toda via se torna necessário estarmos imersos nos referencias teóricos que tratam das teorias dos movimentos sociais, clássicos, contemporâneos, cidadania e participação social, principalmente nos marcos da sociologia da América Latina.

Os movimentos Sociais e organização do campo

É imprescindível para fins da análise deste estudo estabelecer de imediato, recortes sobre “de que movimentos sociais e organizações se está falando realmente”? Objetivamente são os movimentos sociais e organizações do campo dos mais distintos formatos que em algum dado momento ou de forma permanente e sistemática participaram das sessões e outras atividades da REAF desde de sua fundação. De toda forma se torna indispensável compreender os processos



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

pelos quais o que podemos considerar como forças fundadoras desses movimentos e seu devido recorte temporal.

O final da década de 1970 é maro do inicio do processo de redemocratização nos países do continente, o fortalecimento das forças democráticas, a maioria delas não institucionalizadas agindo no formato movimento, contribuíram de uma forma ou de outra para o fim os regimes autoritários, período de mais de uma década de transição à democracia na América do Sul, se iniciou em 1979 na Bolívia e se estendeu até 1990 com o fim do Governo de Augusto Pinochet no Chile. Dentre estes movimentos vários eram vinculados ao mundo rural, à luta por reforma agrária e a produção campesina e familiar. Passado esse período de conflito com o Estado, ele, o Estado, agora de caráter democrático passa a ser o campo da disputa entre projetos políticos distintos. Mas o neoliberalismo vence nas disputas eleitorais nacionais e impõe uma agenda oposta às demandas dos movimentos sociais, por políticas de integração regional, por exemplo, por conta da crescente ideia de “América latina para os latino-americanos” em contraposição aos processos neoliberais de vinculação aos interesses Norte Americanos.

O teórico Nils Castro classifica como “motores não governamentais” ou as forças precedentes à institucionalização dos movimentos se tornam então os principais meios de disputa pelos rumos das políticas de Estado via pressão popular e organização conjunta.

A esse respeito convém ter presente que nos processos de integração não só participam os processos e organizações promovidas pelas correntes políticas e as concertadas pelos governos e organismos internacionais, mas também as iniciativas de outras organizações desde seus respectivos campos de influência. É o caso de organizações sindicais regionais, estudantis e grêmios profissionais, jornalistas, advogados, ambientalistas etc. - , de organizações cívicas de defesa dos direitos humanos, de igualdade da mulher, dos direitos dos povos indígenas etc. Como também organizações científicas e universitárias que criaram redes de contatos e movimentos integrados por acadêmicos.(Castro, 2015 – p. 118)

Tais motores não governamentais que impulsionaram os movimentos sociais no período de redemocratização agora os levaram para outro âmbito político, o das reivindicações por cidadania e reconhecimento principalmente na perspectiva de que o Estado deve ser um promotor de direitos sociais.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Consideramos que quase simultaneamente ao processo de consolidação do Estado-nacional o *status* de cidadão dificilmente teve algum período de estabilização, especialmente no caso da América Latina, tendo em vista os vários processos de rompimento democrático, a exemplo do Brasil e Paraguai atualmente. Entre os diversos fatores a serem administrados pelo Estado como a integração econômica internacional e a ampliação da desigualdade social no período neoliberal são os que neste trabalho faz mais sentido se dedicar ao tratar das problemáticas da cidadania. Tais fatores põem em xeque a capacidade do Estado tornar efetivo o pleno gozo dos direitos substanciais ao *status* de cidadania, e, não se limita na efetividade dos direitos, mas, se trata também da dificuldade do Estado tratar das universalidades dos direitos ao passo que se fortalece o reconhecimento do direito à diferença, e ainda se complexificam os processos de representação, proporcionada por sua vez pelos fatores acima citados.

Os eventuais efeitos corrosivos de tais processos apontam para a impossibilidade de se enfrentar os novos desafios da integração social, nas suas dimensões simbólica ou identitária e socioeconômica, tentando equacioná-los analiticamente dentro dos moldes da concepção tradicional da cidadania; concepção cristalizada, não à ventura, no segundo pós-guerra enquanto expressão e explicação do “desdobramento” dos direitos sociais. (Lavalle, 2003, p – 84)

Em meio a este ambiente de resistência ao neoliberalismo, disputa pela direção dos Estados Nacionais e pela criação de políticas públicas setoriais como efetivação da cidadania à vinculando principalmente aos direitos sociais que as organizações do campo protagonizam a disputa política no período.

Compreendendo em aspectos gerais a conjuntura em que os movimentos do campo começam a tomar formas específicas de atuação, e como resultado redefinir, ou ainda institucionalizar, sua estrutura organizativa, é preciso aqui também expor em linhas gerais quais as demandas reivindicatórias estes delimitaram como objetivos gerais comuns aos movimentos do campo em termos regionais.

Sem dúvida alguma a Reforma Agrária é uma das demandas mais simbólicas neste período, especialmente no Brasil que com a crescente força de pressão do Movimento dos Trabalhadores



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Rurais Sem Terra (MST) o Governo Federal dá início a ampliação no número de projetos de assentamentos (BRUMER & SANTOS, 2000. p – 56). Nos demais países da região e também no Brasil a demarcação de terras indígenas e de comunidades tradicionais também são favorecidas, com maior expressividade nos países andinos. Por outro lado a exigência de políticas públicas cada vez mais específicas (ou setorializadas) se tornam demandas do cotidiano reivindicatório dessas organizações e movimentos, criação de linhas de crédito ou incentivo financeiro para os pequenos agricultores e/ou agricultores familiares e assistência técnica rural especializada em inovação e aprendizagem.

Estabelecidos então os horizontes gerais das demandas reivindicativas dos movimentos do campo e criada a possibilidade de um diálogo com o Estado Democrático, agora reestabelecido, acontece uma ascensão de organizações de base campesina cada vez mais institucionalizada na perspectiva de participação das organizações populares na tomada de decisão quanto ao uso de recursos públicos destinados a políticas públicas que a partir desse período começa a ser debatido em estruturas colegiadas, conselhos e comitês técnicos, por exemplo. Os casos brasileiro, boliviano e venezuelano são possivelmente os mais significativos.

Estas estruturas colegiadas fazem parte de um processo mais geral de descentralização de políticas públicas, que atinge toda a América Latina e se exprime com especial vigor no Brasil: no início dos anos 2000 existiam no país nada menos que 27 mil conselhos gestores, nos mais de cinco mil e quinhentos municípios brasileiros. A média de conselhos por município era superior a quatro (ABRAMOVAY, 2010. p – 284).

Tendo então esses horizontes gerais das demandas dos movimentos do campo e o espaço reivindicatório, espaços institucionalizados, nos quais a força de pressão o fez ser criado, podemos também tem em conta que este pode ser um marco na institucionalização dos movimentos em torno de demandas cada vez mais específicas que permanecem nesses horizontes mais gerais na atualidade. Francisco Hidalgo F. apresenta algumas observações que podem ser consideradas como componentes deste núcleo mais específico de demandas apresentadas nestes espaços institucionais emergentes, são eles: a) impedir práticas monopolíticas e especulativas b) impulsionar redes e comercialização e distribuição c) políticas redistributivas de terra e água d) diversificação da produção e) controle do mercado externo f) desenvolver as pequenas e médias propriedades e



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

considerando o contexto sul-americano estes componentes giram em torno de uma grande política de soberania alimentar (Hidalgo, 2014, p – 75).

Considerando as demandas definidas pelos movimentos do campo e os espaços reivindicatórios nos quais começam a empreender tempo se faz necessário também compreender os formatos das organizações que surgem a partir destes movimentos. Sindicatos, associações, cooperativas, ONG's, colônias, federações e confederações são os exemplos mais evidentes quando tomamos o escopo de organizações às quais o estudo se detém. Estas organizações têm características que nesse primeiro momento se fortemente necessário observar, o seu caráter territorial, identitário e classista.

As organizações tenderam a se concentrar em linhas gerais de atuação que convergiam e não saiam do horizonte geral dos movimentos do campo e das demandas locais dentro do escopo do caráter fundador da organização. Esses fatores podem de certo serem considerados como fatores elementares que determinam a quantidade de tempo que essas organizações dedicam aos espaços de gestão, controle e governança participativa, assim, “o movimento sindical de trabalhadores rurais e muitas ONGs têm um poder decisivo e que toma parte considerável de seu tempo e sua capacidade de mobilização política” com afirma Abramovay em sua análise sobre a incidência nas políticas locais de uma federação, a FETRAF e uma cooperativa de crédito, o CRESOL. (ABRAMOVAY, 2010, p – 285)

Como observamos anteriormente a REAF é uma dessas estruturas colegiadas, porém, com uma área de atuação significativamente ampla em termos regionais, de toda forma são organizações como essas que estão presentes na reunião desde sua fundação que definem, ou tentam definir os horizontes de sua agenda. Como mostra objetiva das demandas presentes na agenda da reunião usaremos (para fins deste artigo) a ata¹ da XXIII REAF realizada em Brasília, no dia 18 de junho de 2015, com objetivo de observar as conexões entre a pauta e o espectro de reivindicações dessas organizações desde o período aqui abordado.

Estre as pautas presentes e se torna também importante expor que entre seus eixos e sub-eixos, praticamente 90% tratam de temas relacionados direta ou indiretamente com as demandas

¹ Todas as atas e documentos da REAF analisadas nesta pesquisa estão disponíveis em <http://www.reakmercosul.org/>



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

reivindicatórias antes abordadas nesta pesquisa, como acesso à terra (reforma agrária e assistência técnica, e o restante trata de assuntos diversos, burocracia e assuntos institucionais com outros organismos internacionais e financiamento.

Considerações finais

As abordagens aqui iniciadas tem caráter estritamente preliminar quanto ao desenvolvimento da pesquisa sobre a incidência das organizações do campo na agenda da REAF, toda via considerando que é necessário ampliar o arcabouço teórico quanto a sociologia política, sociologia dos movimentos sociais e em especial dos movimentos do campo, podemos observar neste trabalho preliminar que há uma vinculação bastante considerável entre o estreito alinhamento dessas organizações em um horizonte reivindicativo geral bem definido e relativamente comum, suas formas de organização e presença programática nos espaços institucionais de participação, local, nacional e internacional. De toda forma, esse trabalho necessariamente depende de um denso aprofundamento detalhado da participação dessas organizações na REAF, suas formas de atuação, o teor programático de sua agenda, as continuidades e discontinuidades de suas pautas e a análise comparativa com outros segmentos sociais que atuam no âmbito do MERCOSUL e das reuniões especializadas consideradas mais frágeis institucionalmente como no caso da Reunião Especializada de Juventude.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. MAGALHÃES, Reginaldo & SCHRODER, Mônica. Representatividade e inovação na governança dos processos participativos: o caso das organizações brasileiras de agricultores familiares In *Sociologias*, Porto Alegre, ano 12, nº 24, mai./ago. 2010, p. 268-306.

AGUERRE, María Julia e ARBOLEYA, Ignacio. *Estrategias para um MERCOSUR ciudadado in La reforma institucional del mercosur: Del diagnóstico a las propuestas*, CEFIR, Montevideú, 2009. Disponível em <<http://cefir.org.uy/>> Acesso em 02/07/2015.

AVRITZER, Leonardo & COSTA, Sérgio. Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e Usos na América Latina. Trabalho apresentado no *XXVIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS*, Caxambu, MG, 26-30 de outubro de 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v47n4/a03v47n4.pdf>> Acesso em 02/07/2015

BRUMER, Anita & SANTOS, José V.T. - Estudos Agrários no Brasil: modernização, violência, e lutas sociais. In *30 anos de Sociologia Rural em América Latina*, Diego E. Piñero (compilador), ALASRU, Montevideo – 2000.

CAETANO, Gerardo (Cordinador). *MERCOSUR: Breve historia, cronologia y marco institucional*, CEFIR, Montevideú, 2011.

CASTRO, Nils. *America Latina e Caribe: Integração Emancipadora ou Neocolonial*; tradução Wladimir Pomar. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

HIDALGO F, Francisco. *Contextos y tendencias de las agriculturas en Latinoamérica actual*. In *Agriculturas campesinas en Latinoamérica: propuestas y desafíos* Francisco Hidalgo F., François Houtart, Pilar Lizárraga A., editores —1.ª ed.—. Quito: Editorial IAEN, 2014.

FIRMINO, Matheus. Reunião especializada de juventude do MERCOSUL: Uma análise de sua agenda, UFPB, 2015.

LAVALLE, Adrián Gurza. Cidadania, Igualdade e diferença. *LUA NOVA* Nº 59, São Paulo, 2003.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio